

Camilo Castelo Branco e Diogo do Couto

José Carvalho Vanzelli¹

Resumo: O cronista quinhentista Diogo do Couto (1542-1616) é recordado na história lusitana como um denunciador da corrupção e dos problemas político-administrativos na Índia portuguesa. Camilo Castelo Branco (1825-1890) também é conhecido por seu tom crítico e desconstrutivo de mitos históricos, tanto em seus romances, quanto em seus textos historiográficos. Assim, encontramos na crítica camiliana sugestões de aproximação de seus posicionamentos às denúncias de Couto, mais de dois séculos anterior. Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o quanto dos posicionamentos camilianos expressos em seus textos são coincidentes com as críticas encontradas em Couto. Para tanto, nosso foco analítico estará mormente nas obras *O Soldado Prático*, de Couto, e *O Senhor do Paço de Ninães*, de Camilo.

Palavras-chave: Camilo Castelo Branco. Diogo do Couto. História de Portugal. Índia Portuguesa.

Abstract: The 16th century chronicler Diogo do Couto (1542-1616) is known in Portuguese history as a denouncer of corruption and political-administrative problems in Portuguese India. Camilo Castelo Branco (1825-1890) is also known for his critical and deconstructive tone of historical myths, whether in his novels or in his historiographical texts. Thus, several specialists of Camilo Castelo Branco's work suggest the approximation of his positions to Couto's denunciations. This work aims to examine how much of the criticism found in Couto actually coincides with the positions assumed by Castelo Branco in his texts. Therefore, our analytical focus will be mainly on the works *O Soldado Prático*, by Couto, and *O Senhor do Paço de Ninães*, by Camilo Castelo Branco.

Keywords: Camilo Castelo Branco. Diogo do Couto. Portuguese History. Portuguese India.

¹ Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR, Brasil. E-mail: vanzelli.jose@gmail.com. ORCID: 0000-0002-7131-7617

Diogo do Couto (1542-1616) é uma figura histórica que, embora não seja olvidada, é, ao menos nos estudos literários, mais citada do que de fato lida. Couto é normalmente recordado, ao lado de João de Barros (1496-1570), como um dos principais cronistas da Índia portuguesa quinhentista. Foi continuador das *Décadas*, crônicas que relatavam os acontecimentos do vice-reinado português da Índia, iniciadas por Barros. Foi de sua responsabilidade as *Décadas* de número IV a XII, a despeito de ainda hoje não conhecermos o conteúdo integral de todos esses volumes². Couto foi contemporâneo de outras figuras basilares da literatura portuguesa do século XVI, como Fernão Mendes Pinto (1510-1583), autor de *Peregrinação* (1614), e Luís de Camões (1524-1580). Com este último, inclusive, é bastante conhecida sua relação de amizade. O cronista, ademais, foi um relevante difusor de *Os Lusíadas* em seu tempo: “A pedido de Camões, Couto chegou a comentar parte de *Os Lusíadas*, não tendo, no entanto, concluído o Canto V” (MONIZ, 2019, p. 17). Couto ainda foi um dos responsáveis pela imagem camoniana que se mitificou ao longo do tempo, isto é, de um Camões genial, porém pobre, mendicante e abandonado por Portugal. Não obstante as informações acima, Diogo do Couto é, talvez, principalmente recordado como autor de *O Soldado Prático*. Esta obra conta com duas versões, com diferenças significativas entre si. A segunda versão, redigida no início do século XVII é, no entanto, a mais conhecida. Seja como for, *O Soldado Prático* só veio a lume quase dois séculos após a morte do autor, em 1790. A versão do texto que aqui trabalharemos também se refere à segunda, cujo conteúdo daremos mais atenção adiante. Por ora, cabe apenas mencionar que a principal característica deste texto se encontra no tom altamente denunciativo que o protagonista – Soldado – faz da corrupção e dos problemas político-administrativos na Índia portuguesa. Finalmente, vale apontar que, nos textos de Couto, se destaca o alto grau de erudição do autor. É curioso notar que apesar de Couto ser uma das principais fontes de informação sobre o Oriente no século XVI, seus referenciais são todos calcados na cultura ocidental, advindos principalmente da tradição greco-latina. Carvalho, considerando Couto “um verdadeiro humanista”, diz: “[Couto] deve ser [...] também incluído no número dos historiadores quinhentistas em que a cultura greco-latina exerce maior influência, dado o profundo conhecimento que possui dos clássicos, por ele citados frequentemente” (CARVALHO, 1979, p. 25-26).

Já o romancista oitocentista Camilo Castelo Branco (1825-1890) possui uma significativa ligação com a História de Portugal. Dentro de sua

² Couto publicou totalmente as *Décadas* IV (1602), V (1614) e VII (1616). A *Década* VI foi impressa em Lisboa em 1614, mas a maior parte dos exemplares foi perdida em um incêndio na tipografia. Embora existam versões das *Décadas* VIII e IX, há dúvida em relação à autoria, uma vez que seus estudiosos defendem que os originais de Couto foram furtados na Índia. A *Década* X, a primeira que Couto redigiu, foi impressa parcialmente. A XI perdeu-se ou foi roubada ainda em vida do autor, enquanto a XII foi publicada também parcialmente por volta de 1645 (CARVALHO, 1979, p. 28-29).

extensíssima produção bibliográfica, diversos são os textos que trazem referenciais históricos, comentários sobre Portugal e seu passado ou que têm figuras históricas como personagens. Ao se pensar na relação de Camilo com a História, normalmente ganha destaque, na crítica, o seu conjunto de romances históricos, produzidos, segundo Coelho (2001, p. 286), em dois períodos: entre 1865 e 1867, com as obras *Luta de Gigantes* (1865), *O Judeu* (1866), *O Olho de Vidro* (1866), *O Santo da Montanha* (1866) e *O Senhor do Paço de Ninães* (1867); e entre 1874 e 1876, quando Camilo publica os romances *O Regicida* (1874), *A Filha do Regicida* (1875) e *A Caveira da Mártir* (1876). Estas ficções apresentam algumas particularidades, como o extenso uso de notas de rodapés e, por vezes, longas digressões históricas feitas pelo singular narrador camiliano, a fim de contextualizar o leitor no enredo que está a narrar. Entretanto, não será apenas por meio de ficções que Camilo irá falar sobre história ao seu público leitor. Ainda pouco explorados, Camilo possui diversos textos de diferentes gêneros – crônicas, polêmicas, prefácios, biografias, entre outros – que versam sobre a História de Portugal ou, mais precisamente, sobre algumas de suas mais renomadas figuras. Assim, análises críticas em torno de personagens históricas perpassam toda a carreira intelectual do romancista, de forma que a produção histórica não-ficcional camiliana complementa o que se pode apreender das ficções. Tornam-se, portanto, leituras fundamentais para se compreender como Camilo lia seu país e suas figuras históricas.

É importante frisar que é impossível pensar em História lusitana sem levar em consideração sua relação com o Oriente, uma vez que a Ásia Portuguesa, ou melhor, a fundação de um império e a colonização de territórios no continente asiático está diretamente ligada ao período “áureo” de Portugal no cenário continental. Ou, nas palavras de António Manuel Hespanha:

A história portuguesa – e mais ainda, a sua vulgata escolar – está cheia de gestas orientais ligadas às épocas de esplendor de Portugal, como se Portugal quando não esteve no Oriente, tivesse estado na miséria e na mesquinhez. [...] Foi no Oriente que se fizeram nossos santos e os nossos heróis. A “nossa” Goa foi a Roma do Oriente e o Padroado Português foi o “do Oriente”, também. Foi no Oriente que o nosso Império começou e é nele que, em 1999, ele irá acabar. (HESPANHA, 1999, p. 15)

Tendo sido o século XIX um período politicamente delicado para Portugal, o Oriente foi referência constante nos discursos de intelectuais da época, seja em tons aclamadores de um brio patriótico, seja em críticas do presente a partir dos equívocos passados. O século XIX também foi um período repleto de efemérides, em que sobejaram eventos cívicos que estavam diretamente ligados às conquistas quinhentistas portuguesas na Ásia.

Comemorou-se, por exemplo, o tricentenário da publicação de *Os Lusíadas* (1572), poema épico que reconta alegoricamente a viagem de Vasco da Gama às Índias; o tricentenário da morte de Camões, autor de *Os Lusíadas*, em 1880; além da celebração, em 1898, do quarto centenário da chegada de Vasco da Gama na costa indiana, marco fundacional do império lusitano. Assim sendo, inevitavelmente, o Oriente esteve no horizonte reflexivo dos intelectuais portugueses oitocentistas, fato ao qual Camilo Castelo Branco também não escapou.

Dentro das ficções camilianas, pode-se dizer que a principal leitura do Oriente português está no romance *O Senhor do Paço de Ninães*. De modo breve, este romance tem seu enredo desenvolvido entre os anos de 1576 e 1626 e apresenta a história do protagonista Rui Gomes de Azevedo que, após uma desilusão amorosa com sua prima, Leonor, decide embarcar para a África, na armada de D. Sebastião, e lutar em Alcácer-Quibir. Derrotado o exército português, Rui é capturado. Após algum tempo, retorna a Portugal, mas sem parentes e sem querer voltar ao Norte de Portugal, onde vivia a prima que ainda amava, mantém sua vida de soldado e segue D. António, o prior do Crato, em suas lutas contra a ocupação castelhana do trono português. Morto D. António, Rui parte ao Oriente, inicialmente como um mercador, depois como leigo, até finalmente se tornar um ermitão. Na Ásia, passa por Goa, Cochim, Ceilão, Jangomá, Arração, Pegu, Filipinas e Macau. Sempre se sentindo decepcionado com a atuação colonial portuguesa que encontra, Rui retorna, após vinte e cinco anos de errância, a Portugal. Lá, reencontra Leonor, viúva e enlouquecida pelo remorso do que fizera com o primo na juventude. Rui perdoa a prima momentos antes dela perecer e, então, vive seus derradeiros dias no mosteiro em Landim, onde falece em 1626.

O discurso reprobatório que o protagonista emite ao criar consciência da atuação política lusitana na Ásia faz com que parte da crítica enxergue um diálogo estreito entre o romance camiliano e *O Soldado Prático* de Diogo do Couto. Rocheta (2007), por exemplo, ao lembrar da passagem do protagonista pelo Oriente, defende que Rui Gomes poderia mesmo ser o personagem coutiano, que em nenhum momento tem seu nome revelado: “Poderíamos também lembrar as críticas e observações lavradas n’*O Soldado Prático* por Diogo do Couto, cujo contemporâneo Rui Gomes seria, a ter ele existido com a biografia que o narrador lhe atribuiu [...]” (ROCHETA, 2007, p. 19).

Em *O Senhor do Paço de Ninães*, não há qualquer menção a Couto. Entretanto, o cronista quinhentista perfila frequentemente como referência bibliográfica consultada por Camilo em seus textos não-ficcionais que versam sobre a Ásia Portuguesa³. A partir da sugestão de aproximação da personagem

³ Cf., por exemplo, CASTELO BRANCO, 1993, p. 559 e CASTELO BRANCO, 1880, p. 28, p. 35, p. 40, p. 44, p. 61.

camiliana com o Soldado de Couto, além da significativa presença do nome do cronista entre as leituras explicitadas pelo oitocentista em seus textos, surge-nos a questão: seria a leitura camiliana da Ásia portuguesa integralmente coincidente à de Couto? Haveria discrepâncias entre as visões das personagens ou de seus autores?

Obviamente, dar cabo de tal tarefa demandaria um trabalho de fôlego significativamente superior ao que um artigo desta natureza nos permite. Portanto, aqui, não pretendemos fazer uma análise extensa dos diálogos entre esses intelectuais portugueses. Objetivamos apenas traçar algumas reflexões sobre o tema, contribuindo para os estudos das relações de Camilo com as figuras históricas lusitanas. Em relação aos textos de Couto, nosso foco se restringirá a *O Soldado Prático*, uma vez que este costuma ser lembrado como principal diálogo com a literatura camiliana. Já em relação aos textos do romancista, voltaremos nossas atenções sobretudo a *O Senhor do Paço de Ninães*, mas, quando oportuno, faremos menções a outros textos não-ficcionais do autor.

Uma primeira leitura de *O Soldado Prático* e de *O Senhor do Paço de Ninães* evidencia as confluências de pensamento entre os dois protagonistas. Mas, para entender de que convergências estamos nos referindo aqui, é preciso tratar com um pouco mais de atenção o texto de Couto.

O Soldado Prático é uma obra sobre “enganos e desenganos da Índia” (CARVALHO, 1979, p. 31). Formalmente, é composto por três partes, sendo a primeira com dez cenas; a segunda com seis e a terceira com quatro. Trata-se um diálogo ocorrido em três serões (cada parte representa um serão) entre um soldado veterano, um despachador e um fidalgo, todos sem nomes. A narrativa se passa no reinado de D. Sebastião (1554-1578), embora a segunda versão do diálogo – o que aqui usamos como referência e, provavelmente, a versão que também foi lida por Camilo – tenha sido redigida já no reinado filipino, após a União Ibérica, portanto. A conversa entre as três personagens ocorre em Portugal, para onde o soldado retornara, após muitos anos de serviço em Goa, para requerer um despacho pelos anos servidos. O Soldado sinaliza, no entanto, que retornaria à Índia após a resolução das questões burocráticas, em um movimento semelhante à biografia do autor, que também esteve em 1569 em Lisboa “requerendo despacho pelos seus serviços como guerreiro” (MONIZ, 2019, p. 16) e retornando a Goa em 1571. O diálogo transcorre especialmente a partir das extensas falas do Soldado, que denuncia os diversos males da administração do vice-reinado da Índia que não chegariam aos ouvidos do rei em Lisboa. A personagem Fidalgo representa o contradiscurso às críticas do Soldado, uma vez que, sendo ele um ex-vice-rei, teria visto e participado ativamente de diversos esquemas denunciados pelo protagonista do diálogo. Entretanto, a vergonha que sente (COUTO, 1937, p. 133) e a fácil contra-

argumentação do Soldado toda vez que o Fidalgo tenta justificar os privilégios dados a seus próximos, por fim, acaba por apenas reforçar a imputação que Couto tenta empregar em seu texto. Já o Despachador é o funcionário do reino que ignorava a real situação do Oriente lusitano, ficando sempre pasmado com as informações que lhe chegam aos ouvidos.

Entre as principais críticas do Soldado estão a impunidade de que fidalgos e capitães gozam ao cometer “maldades, adultérios, torpezas, infâmias, malícias” (COUTO, 1937, p. 10-11). Expõem largamente exemplos de corrupção política em que governadores e vice-reis enganam o rei português, vendendo produtos mais caros à metrópole ou não repassando integralmente à coroa as riquezas conquistadas em seu nome. Assim, o Soldado aponta “quatro maneiras de alvitres” (COUTO, 1937, p. 38) como os principais, a saber: i) contra o rei – isto é, roubo de terra e o furto de parte das riquezas que deveriam ser enviadas à fazenda real –; ii) contra os homens – por, entre outras coisas, exigirem subornos para que a máquina burocrática goesa funcione, além de privilegiar o enriquecimento de parentes, deixando de pagar os soldados –; iii) contra Deus – devido ao pouco caso que os governadores fazem do poder judiciário, vendendo cargos na justiça, condenando e absolvendo os homens baseados exclusivamente em ganhos monetários e, assim, despertando a ira de Deus –; iv) contra todos – isto é, sobre as “torpezas e fealdades [que] se cometem nas míseras cidades que eles [os governadores] vão visitar” (COUTO, 1937, p. 68), atuando com desprezo tanto pelos soldados que comandam quanto pelas pessoas que nas povoações encontram. Apenas a fim de ilustração, citamos um curto trecho do diálogo de Couto que nos parece relevante para entendermos como a crítica se dá no texto. Diz, o Soldado:

E sabeis, senhores, quanto? — que até as capitâneas da galés, fustas e estâncias, se dão com preço apreçado; e a mim me contaram que um fidalgo muito moço, que não tinha idade pera ser capitão de ua fusta, lhe deram ua galé pera o Malavar por um serviço de mãos e saleiro de prata de bestiães; e assi me disse um homem bem baixo da costa, que tinha um irmão em um ofício muito vil, o qual andava no serviço, que aquele verão havia de ir por capitão de um navio ao Malavar; e preguntando-lhe eu quem lho havia de dar, respondeu-me que largaria a um privado do viso-rei as ordinárias, que são duzentos pardaus. (COUTO, 1937, p. 171)

No trecho, o Soldado inculpa a prevalência do dinheiro ao merecimento ou à experiência. Não são poucos os momentos em que o Soldado culpa reis, vice-reis e governadores de preferirem os lisonjeiros aos sabedores (COUTO, 1937, p. 16), fazendo com que se crie uma máquina de corrupção na administração portuguesa. No exemplo dado pelo soldado, vê-se um jovem

“bem baixo da costa” cujo irmão conseguira se tornar um capitão de navio ao pagar a um privado do vice-rei a quantia de duzentos pardaús. Não espanta, portanto, que, momentos depois, o Soldado veja a “negra cobiça” como um dos maiores pecados cometidos pelos portugueses (COUTO, 1937, p. 173).

As denúncias de Couto por meio de seu Soldado fizeram com que o texto ganhasse grande repercussão, principalmente fora de Portugal, onde foi base para a criação da chamada “Lenda Negra” do império português. Grosso modo, a “Lenda Negra” portuguesa diz respeito a discursos feitos a partir de outras nações europeias que colocavam os portugueses e Portugal como um colonizador inferior aos do norte da Europa. Como nos explica Xavier (2014, p. 112):

A “lenda negra” portuguesa participa, como é sabido, de uma “lenda negra” mais vasta, coroada pela Espanha, mas abrangendo todo o Sul da Europa. À semelhança da lenda espanhola, os argumentos inicialmente utilizados para formular a “lenda negra” portuguesa identificam-se, em primeiro lugar, na reflexividade interna quinhentista. Apenas mais tarde os mesmos argumentos foram adotados, sintetizados, sistematizados e disseminados por agentes de potências rivais (Holanda, Inglaterra, França), favorecendo a emergência de um conjunto de regras mais ou menos estáveis que governaram a representação pública destas regiões, suas gentes e processos históricos.

Segundo tais argumentos, a administração colonial ibérica seria inferior à de seus rivais europeus devido à grande corrupção política, à violência contra povos nativos e à facilidade com que os portugueses se misturavam com as populações locais, fazendo, assim, com que ficassem em um “estádio civilizacional inferior” (XAVIER, 2014, p. 126). Desta forma, na “lenda negra”, os portugueses foram retratados como incapazes de ter domínio sobre si, o que, conseqüentemente, os tornariam incapazes de imperar sobre outros povos. De fato, muitos dos estudos históricos acerca da “lenda negra” se pautam em textos portugueses altamente críticos dos séculos XV e XVI. E, nesse cenário, *O Soldado Prático* de Diogo do Couto surge como uma fonte bibliográfica significativa. O historiador George Davison Winius, por exemplo, se vale largamente do texto de Couto para entender, em *A Lenda Negra da Índia Portuguesa* (1985), a corrupção política nos impérios do início da Europa moderna. De fato, o intelectual entende que, no caso lusitano, “o *Soldado Prático* terá criado a ‘lenda negra’ por si só” (WINIUS, 1994, p. 15), embora se valha de outros textos coevos para entender os fenômenos históricos subjacentes que lhe interessam.

⁴ Prof. M. Rodrigues Lapa, o responsável pela reconstituição do texto da edição aqui consultada, chama a atenção para esta palavra, que poderia ser também “casta” no original.

Em Portugal, *O Soldado Prático*, principalmente a partir o século XIX, se tornou um dos principais exemplos de textos críticos ao imperialismo português. Assim, não é difícil encontrar interpretações de Couto, ao lado de seus contemporâneos Mendes Pinto, Camões e Faria e Sousa como figuras quinhentistas “anticolonialistas” e “anti-imperialistas”, embora tal nomenclatura deva ser mais bem discutida. Não obstante, interessa-nos ressaltar que é na esteira dessa interpretação que Rocheta, ao analisar Rui Gomes de Azevedo, protagonista de *O Senhor do Paço de Ninães*, irá pensar que a personagem camiliana poderia ser o próprio Soldado de Couto, conforme citação anteriormente exposta.

De fato, como falamos, há numerosas coincidências nos tons críticos das duas personagens que, de modos diferentes, viram e criticaram a administração portuguesa na Índia. Como ilustração, destacamos o excerto:

SOLD. – [...] Ora emfim, senhores, resumo-me: que, se não crêra tão firmemente na fé de Cristo e nos mandamentos da sua lei, que pudera embarçar-me com o que vejo fazer a homens, que professam o nome de cristãos com tanta facilidade, como se fizeram um grande serviço a Deus. Ele está nos céus, e não dorme; medo hei que venhamos todos a pagar, e que os que andarmos naquele Estado vejamos ainda a água pola barba, sem nos podermos valer. (COUTO, 1937, p. 173)

O trecho destaca a queixa do uso da fé cristã como justificativa para o cometimento de pecados, afastando-se da prática da palavra religiosa. Esta, ignorada, não serviria nem mesmo como temor que pudesse impedir que pecados fossem cometidos. O Soldado incorpora, assim, a figura que, teoricamente, pratica os ensinamentos católicos, não sendo, como seus compatriotas, um falso cristão.

A exaltação da prática da palavra religiosa também é largamente vista no romance de Camilo. Rui Gomes, depois de ter se tornado um valedor de doentes, vaga pela Ásia colocando em prática a palavra religiosa em detrimento da pregação. Em determinado momento, defende tal atitude ao seu ex-companheiro de Alcácer-Quibir, Diogo das Póvoas:

Pareceu-me que é mais prestadio aos homens sofrer por eles do que morrer por Cristo. Há que anos me deixaste? Fui mundo além com as mãos cheias de benefícios: dava saúde aos enfermos; e, quando eles me queriam adorar, eu apontava-lhes o céu, e os resgatados das angústias do corpo entendiam-me e sabiam que eu os mandava agradecer ao Criador do bem que receberam de minhas mãos. Se eu lhes pregasse o Evangelho de Jesus, em vez de lhes ministrar linimentos à dor, matar-me-iam, e comigo se acabaria a força do homem e os dons da caridade ensinados pela minha religião... Jesus Cristo não queria que tu e eu ensinássemos primeiro a caridade e

depois o nome de seu divino propagador? (CASTELO BRANCO, 2007, p. 215)

As visões do Soldado e de Rui também parecem convergir ao não enxergarem nada além de podridão na Índia Portuguesa: “Na Índia não há coisa sã” (COUTO, 1937, p. 90), diz o soldado. Já a personagem camiliana sentencia: “Não é isto o que meu pai dizia da Índia Portuguesa. O que há aí é uma caverna de feras e ladrões” (CASTELO BRANCO, 2007, p. 182). Adiante, Rui reforça essa imagem: “A Ásia é a garganta do abismo infernal” (CASTELO BRANCO, 2007, p. 221). Outra personagem, frei Gregório, corrobora: “A Ásia não é clima em que a probidade floresça e frutifique. A honra aqui é planta que se mirra e fenece” (CASTELO BRANCO, 2007, p. 222).

A referência de Rui à Índia portuguesa “que meu pai dizia” nos remete a outra imagem também muito presente no texto de Diogo do Couto: a “Índia primitiva” (COUTO, 1937, p. 114). Por Índia primitiva, o Soldado de Diogo refere-se ao tempo dos primeiros exploradores, que construíram a colônia portuguesa na Ásia. São diversas as passagens⁵ em que o Soldado exalta o trabalho feito pelos primeiros exploradores portugueses. Um significativo exemplo surge na seguinte fala:

SOLD. – [...] Na Índia primitiva, quando os portugueses tinham seu nome alevantado sôbre esses signos celestes, aqueles Césares que a governavam não traziam ôlho em mais que em dilatar a santa Fé Católica; em acrescentar o património real e em enriquecer o Estado e os vassallos; em fazer eleições de capitães; em trazer as armadas mui ordenadas e providas; em ir buscar os turcos a Suez; castigar e oprimir o Malavar; em trazer enfreados e sopeados os reis vizinhos; em trazer os soldados fartos e contentes; em exercitar às barreiras assi de espingardas como de artilharia; em visitar os hospitais, e em muitas outras cousas desta sorte. Agora já se não costuma isto; mudou-se o vinte a outra cama. (COUTO, 1937, p. 114-115)

Se, por um lado, como veremos posteriormente, o excerto anterior revela algumas discrepâncias entre as visões de mundo das duas personagens, por outro, mostra um contraponto em comum às personagens. Afinal, ambos olham comparativamente a Índia dos primeiros tempos de colonização com aquela de sua contemporaneidade, sendo, nos dois casos, o primeiro superior ao segundo.

A justiça divina também parece outro ponto de convergência entre as visões das duas personagens. Rocheta (2007, p. 20), em sua análise, destacara um trecho de *O Soldado Prático*⁶ em que Rui e o Soldado concordariam, uma vez

⁵ Cf., por exemplo, COUTO, 1937, p. 192.

⁶ “Não ficou sem êstes castigos a opulenta Espanha porque por pecados veo a ser entregue a mouros; nem escapou o nosso Portugal, porque, segundo se entende, por injustiças lhe mandou Deus terremotos, pestes,

que, para ambos, os desastres ocorridos em Portugal e na Índia Portuguesa seriam castigos pelos pecados e pela má administração colonial. De fato, não são poucos os críticos que veem o castigo divino como um *topos* na literatura camiliana, uma vez que evidenciaria a “ótica do moralista cristão” (COELHO, 2001, p. 278) por parte de Camilo, fato que não concordamos integralmente. Entretanto, é explícito em diversos momentos de *O Senhor do Paço de Ninães* um discurso que atribui à justiça vinda dos céus os males que caem sobre os portugueses. Por exemplo, o capítulo XVII do romance camiliano se intitula “A corrupção da Índia e a justiça do Céu” e conta o episódio da opulenta nau de Mathias de Albuquerque que, ricamente carregada, é atingida por um incêndio antes de sua partida:

Como quer que fosse, ao anoutecer de uma tarde, em que Rui Gomes, silencioso e como alheio da linguagem do gentio, escutava aqueles rotos cronistas e filósofos do cis de Cochim, súbito se ouviu da parte da baía, onde ancoravam as naus, grande celeuma de brados de socorro e misericórdia. Promiscuamente com o alarido, rompiam chamas e fumarada de uma nau, que todos disseram ser a da fazenda de Mathias de Albuquerque, já de verga alta para se abalar no dia seguinte, em demanda da frota que o esperava em Goa. Viu Rui, ao clarão das labaredas, a marinagem e passageiros já embarcados para a viagem, saltando da amurada aos botes, com os braços estendidos para o incêndio, em que lhes ficavam as riquezas. Afora isto, o que ele viu à luz das chamas foi... deus. Viu o que viram muitos, julgou como julgaram aqueles cujo juízo Manoel de Faria e Sousa deixou perpetuado na relação d'aquela desastre. [...] O sucesso impressionou vivamente Rui Gomes. Estava de animo bem-disposto a compreender como justiça divina o baque súbito de uma opulência, ali, nas cavernas do mar, aos olhos espavoridos do possuidor, punido diante das testemunhas de suas rapacidades. (CASTELO BRANCO, 2007, p. 176-177)

No capítulo XXIV, novamente, a imagem da Providência enquanto encarregada da punição pelos pecados portugueses surge no texto. Neste momento da história, Rui retorna do Oriente a Portugal a bordo da nau Conceição e, lá, encontra frei Gregório, com quem conversa sobre a Índia. É o sacerdote que conta a Rui o destino de D. Jerônimo de Azevedo, o faustoso primo com quem Rui se encontrara na Índia. Ambos foram companheiros em Alcácer-Quibir, mas suas visões de mundo após a batalha fizeram com que se apartassem. Enquanto Rui lutou ao lado de D. António, em busca de manter um português como rei lusitano, D. Jerônimo, por cobiça e vaidade, esteve ao lado

fomes; e inda nos acabou de castigar naquela passage de África, onde em duro cativo acabaram tantas as vidas, e os grandes conheceram que havia Deus; e disso acabámos de perder entre todas as nações o crédito. Pois os pecados da Índia não quereis que os castigue Deus?” (COUTO, 1937, p. 148-149).

de Filipe de Castela e se tornou governador na Índia portuguesa, praticando maldades e acumulando riquezas e luxos. Rui descobre que D. Jerônimo falecera pobre e sozinho e tal fato é visto pelo frei como “um adorável decreto da Divina Providência” (CASTELO BRANCO, 2007, p. 220). Rui não discorda do sacerdote. Adiante, o protagonista desembarca na ilha Terceira, antes do navio chegar ao seu destino, que era a costa continental portuguesa. Não obstante os argumentos da tripulação de que iria “se finar, corre à morte infalível numa ilha deserta e povoada de animais carniceros” (CASTELO BRANCO, 2007, p. 225), Rui insiste em permanecer na ilha, temendo um castigo de Deus sobre a embarcação, uma vez que “nunca saiu da Índia nau mais rica” (CASTELO BRANCO, 2007, p. 221). De fato, o prenúncio de Rui Gomes se concretiza e o naufrágio da nau Conceição, às portas de Lisboa, se configura em mais um exemplo do discurso de castigo divino que, na literatura dos séculos XVI e XVII, não só está presente em *O Soldado Prático*, como também é tema recorrente na *Ásia Portuguesa*, de Faria e Sousa (1666), na *História Trágico-Marítima* (1735), de Bernardo Gomes de Brito, e nas literaturas de naufrágio como um todo. Seja como for, a visão de punição dos céus aos pecados no processo colonial português é mais um tópico convergente nas falas do Soldado e de Rui Gomes.

Apesar dessas confluências, uma leitura mais atenta do diálogo coutiano também nos mostra alguns pontos discrepantes entre a mundividência das duas personagens, que seriam contemporâneas.

Se, por um lado, como vimos, tanto o diálogo de Couto quanto a ficção de Camilo concordam ao criticar os “falsos cristãos” que se utilizam da fé para cometer pecados, por outro, as personagens divergem em relação à catequização. Conforme vimos na fala de Rui Gomes a Diogo das Póvoas citada anteriormente, o protagonista camiliano defende

a comunhão entre a humanidade, independentemente de sua religião. Para Rui, filipinos e chineses também são irmãos, que merecem ser antes ajudados, e não convencidos à força a aceitar a fé cristã [...]. Ao contrário, nas palavras do personagem, os cristãos é que precisam do cristianismo. (PAVANELO, 2017, p. 245)

Já o Soldado de Couto vê justamente na ausência de foco na expansão da fé um dos problemas do declínio da Índia portuguesa. Afinal, conforme trecho que também citamos anteriormente, para o Soldado eram “Césares” aqueles que “governavam [e] não traziam olho em mais que em dilatar a santa Fé Católica” (COUTO, 1937, p. 114). Portanto, como também nota Souza, “em momento algum Couto questiona o caráter missionário da expansão portuguesa, fazendo, pelo contrário, sua apologia” (SOUZA, 2011 p. 30).

Outro significativo ponto de afastamento entre o texto de Camilo e o de Couto está na visão acerca do rei Felipe II de Castela. Camilo coloca seu protagonista como um ferrenho opositor à união Ibérica. Rui, antes de embarcar para a Ásia, lutou ao lado de D. António, o prior do Crato, na crise sucessória do trono português após o desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer-Quibir. Derrotado, se exila com D. António em França e permanece ao lado deste até seus derradeiros momentos. Será apenas após o falecimento do, para Rui, “rei legítimo” (CASTELO BRANCO, 2007, p. 170) que o protagonista segue para a Ásia. A tomada do trono pelo rei de Castela seria, assim, uma das razões para o não retorno do protagonista à sua terra natal. Mesmo na Ásia, ao se deparar com violência e corrupção por parte dos colonizadores, Rui não hesita em criticar a “Índia de Castela” (CASTELO BRANCO, 2007, p. 182).

Já no diálogo de Couto, que, como mencionamos, se passa ainda no reinado de D. Sebastião, é destacado, por meio do Despachador e do Fidalgo, que Filipe II de Castela também seria português, uma vez que este era filho de D. Carlos V e de Isabel de Portugal, neto, portanto, de D. Manuel. Citamos o trecho:

DESP. — Que mau fôra isso? El-rei de Castela não é também português como nós? Mas porque dizeis isso?

SOLD. — Vejo êste nosso rei moço sem casar; faltam-nos herdeiros de casa; se assim fôr isto, viremos a dar nestoutros, de fora; e não vejo outro inconveniente senão a antiga reixa, que sempre houve entre nós e os castelhanos.

FID. — Quando sucedesse isso, nada me receo; porque essa ponta não há senão na gente baixa, que na nobre é outra cousa mui diferente. (COUTO, 1937, p. 226)

No trecho acima, o Soldado expressa a preocupação com a ausência de herdeiros por parte de D. Sebastião, antevendo a crise sucessória de 1578, embora destaque que, tirando uma rixa entre portugueses e castelhanos, não via problema na junção das coroas. O Despachador e o Fidalgo reforçam a imagem de Filipe como uma não ameaça, já que apresentam justificativas para que a união dos tronos não fosse algo danoso a Portugal. Afinal, entende-se que o trono poderia ser ocupado por Filipe por este carregar sangue luso, além de as rixas entre portugueses e castelhanos acontecerem apenas em camadas populares, opinião que, para o Fidalgo, não teria relevância. Desta forma, Couto lisonjeia Filipe II, que fora o responsável por fazê-lo cronista do Estado da Índia portuguesa e guarda-mor da torre do Tombo de Goa, “criada, aliás, por sugestão sua, a fim de tentar preservar para a História os documentos que andavam dispersos pelas instituições administrativas ou nas mãos de particulares, tendo-se muitos perdidos irremediavelmente” (MONIZ, 2019, p.

17-18). Ainda, é de se recordar que a segunda e mais conhecida versão de *O Soldado Prático* foi redigida após unificação dos tronos de Castela e Portugal, o que reforça a compreensão do “cuidado que teve em evitar problemas, o que de todo não conseguiu” (CARVALHO, 1979, p. 31). Entretanto, é importante ressaltar o contraponto de Moniz, para quem, embora a “crítica a D. Sebastião [seja] particularmente dura [...], também [...] o próprio Filipe II fo[i] julgado pelo cronista à luz do seu elevado conceito de governação régia” (MONIZ, 2019, p. 21).

Não é apenas o rei espanhol que tem sua figura elogiada. Uma vez que é recurso retórico do soldado comparar com frequência a Índia do início do processo colonial com a de sua contemporaneidade, algumas figuras dessa “Índia primitiva” são alvos de grandes elogios. Seriam portugueses exemplares ou, segundo o Soldado, “portugueses d’ouro” (COUTO, 1937, p. 142). Lopo Vaz de Sampaio, Nuno da Cunha, D. Garcia de Noronha, D. João de Castro e, principalmente, D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e Jorge Cabral são algumas das figuras recordadas e elogiadas pelo Soldado. Seriam portugueses que “foram viso-reis embarcados, armas vistidas, fazendo guerra aos inimigos, acrescentando o patrimônio real e enriquecendo o Estado e os vassallos” (COUTO, 1937, p. 142). Já Camilo enxerga com muitas ressalvas essas figuras históricas. Como exemplo, destacamos a leitura que o autor de *Amor de Perdição* apresenta de Jorge Cabral. Para tanto, sairemos do campo ficcional e mencionaremos brevemente um texto histórico de Camilo.

Em 1880, Camilo publica no segundo número de *História e Sentimentalismo*, volume em que veio a lume *A Corja*, um texto intitulado “Tragédias da Índia”. Neste trabalho, Camilo reconta a seu modo o afamado naufrágio do Galeão Grande S. João, que vitimou Manuel de Sousa Sepúlveda e sua esposa, D. Leonor, filha de Garcia de Sá, vice-rei da Índia. Este episódio é um dos mais famosos da literatura de naufrágios portuguesa e é amplamente conhecido como o “Naufrágio de Sepúlveda”. No texto, Camilo opta por não contar a viagem final do galeão e, em seu lugar, faz um retrato de acontecimentos anteriores à tragédia, entregando ao seu leitor um quadro da Índia portuguesa quinhentista. Em momento avançado do texto, ao comentar sobre o sucessor de Garcia de Sá no vice-reinado da Índia, Camilo diz:

Ele [Padre Lucena, fonte bibliográfica de Camilo] diz que o sucessor de Garcia de Sá, Jorge Cabral, foi *varão de singular prudência e valor nas armas e a ninguém segundo na piedade e zelo da religião cristã*. Jorge Cabral foi ladrão quanto se infere das CARTAS de Simão Botelho; e pelo que respeita a piedade cristã não a revelou com sua esposa D. Lucrecia Fialho quando a matou a facadas por encontra-la em adultério com o primo dele D. Francisco de Castro, filho do bispo da Guarda D.

Cristóvão de Castro (NOBIL. DE CABEDO. Ms. tom. IV, pág. 317).
(CASTELO BRANCO, 1993, p. 551, grifo do autor)

Assim, a imagem de Cabral exposta ao leitor camiliano é bastante diversa daquela que se lê no diálogo de Couto. De fato, acreditamos que, em Camilo, não há figura histórica que não seja criticada ou, ao menos, relativizada. A visão camiliana da História portuguesa parece não revelar heróis. Todos, em algum nível, têm seus defeitos e são vítimas da mordaz pena camiliana.

Dentro do cenário literário oitocentista, a visão exposta por Couto n' *O Soldado Prático* acerca das figuras da "Índia primitiva" parece encontrar maior eco na pena de outra proeminente figura da época. Falamos de Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895) que, embora hoje seja pouco estudado, foi uma figura de destaque em seu tempo. Chagas foi jornalista, professor do Curso Superior de Letras em Lisboa, um profícuo romancista – em que se destacam seus romances históricos – e possuiu uma extensa carreira política, exercendo desde a década de 1870 até 1890 cargos parlamentares como membro do Partido Regenerador. Seu auge político aconteceu na década de 1880, quando foi ministro da Marinha e do Ultramar português entre 1883 e 1886, sendo, portanto, o responsável pela execução da política colonial portuguesa.

Pelas datas, nota-se que Chagas dividiu o cenário intelectual português da segunda metade do século XIX com Camilo. A historiografia literária mais tradicional costuma aproximar Chagas e Camilo, apontando-os como dois exemplos do ultrarromantismo português, uma vez que ambos teriam se destacado pela escrita de romances passionais. Entretanto, interessa-nos aqui que esses escritores apresentam, de fato, um grande interesse pela história pátria. Cada um ao seu modo, Chagas e Camilo executam, em suas respectivas literaturas, exercícios de análise crítica do passado nacional. Entretanto, apesar da relação "amistosa" (CABRAL, 1982, p. 7) que tinham entre si, como veremos, seus pensamentos históricos nem sempre apontavam para a mesma direção.

Não obstante o interesse de Chagas pela História de Portugal – fato que justifica sua escolha de se dedicar ao gênero romance histórico – o autor é comumente apontado pela crítica como um escritor meramente apologético e defensor de um nacionalismo oco. Em trabalho anterior⁷, argumentamos que Chagas possui, sim, uma leitura crítica da História de Portugal. Entretanto, em meio às críticas que buscam encontrar as causas do declínio do protagonismo português no cenário continental ainda no século XVII, o autor dá grande destaque a nomes que teriam sido "portugueses ilustres" – parafraseando o título de uma obra do próprio Chagas de 1869. A estratégia de Chagas reside na tentativa de exaltar figuras que, se tivessem sido devidamente ouvidas e seguidas, teriam mantido o nome português como um expoente mundial.

⁷ Cf. VANZELLI, 2021, p. 47-89.

Ora, como referimos anteriormente, Couto se utiliza da mesma estratégia n’*O Soldado Prático*, ao comparar a Índia de sua contemporaneidade com a Índia “primitiva”. É interessante notar que muitos dos nomes destacados como “portugueses d’ouro” por Couto também ganham destaque na literatura de Chagas. Ainda, pode-se dizer que Couto, sendo uma referência bibliográfica e histórica frequente nos textos de Chagas, também ingressa o rol de “portugueses ilustres” do romancista lisboeta. Em *Novos Ensaios Críticos* (1867), o autor de *A Morgadinha de Valflor* tece o seguinte comentário elogioso ao cronista quinhentista:

Diogo do Couto, empunhando o lápis severo do historiador, em vez do pincel maravilhoso do colorista, desenhou com perfeita exactidão as scenas que se passavam no Oriente, inundando-as de luz quando era necessario, mas não poupando as sombras, quando as sombras lhe appareciam. (CHAGAS, 1867, p. 211)

Outras coincidências são perceptíveis n’*O Soldado Prático* e na literatura de Chagas. Destacamos, por exemplo, a defesa que o Soldado faz de guerrear contra os povos nativos para se estabelecer de fato na terra conquistada e não visar apenas a pilha e os espólios de guerra. Diz o Soldado ao Despachador e ao Fidalgo:

Por onde, pois isto está tão averiguado, ¿pera que são pazes nem fazer-lhe mais guerra que passear-lhe a costa, tomar-lhe os portos, impedir-lhe os mantimentos, evitar lhe os paros que são a roubar? Só com isto, sem mais lhe darem em terra nem arriscar gente, se consumira todo o Malavar em quatro ou cinco anos. Por certo que estou pasmado de como se isto não entende, e como lhe não fazemos de ua vez boa guerra, pera êles também fazerem muito boa paz e que dure muito; mas como nós lhe não sabemos fazer a guerra, e as armadas vão àquela costa assi por comprimento como pera as darem os viso-reis a seus parentes, pera requererem como capitães-móres do Malavar, nem se lhe faz guerra nem paz. Digam-me Vossas Mercês isto: ¿porque não há um viso-rei tão resoluto, que faça isto que digo? Custa a armada que vai ao Malavar sessenta mil pardaus? Porque não tomará vinte mil e os deposite em Cananor e tenha ali inteligências com os naires, e inda digo mais que com o mesmo Samorim, e dar-lhe o dinheiro pera lhe mandar em segrêdo queimar quantos navios de cossairos houver em todo os rios, o que se fará mui fácilmente? (COUTO, 1937, p. 125-126)

A crítica do Soldado coutiano recai, portanto, em uma visão de enriquecimento imediato, sem que haja uma estratégia de conquista real, ou um plano de enriquecimento do império português a médio prazo. Neste sentido, os portugueses aparecem apenas como pilhantes das costas em que navegam.

No romance de Chagas *A Joia do Vice-rei* (1890), protagonizado por Francisco de Almeida – um dos “portugueses d’ouro” de Couto – e seu filho, D. Lourenço, encontramos a seguinte cena:

Um soldado que ia já a meter-se à água foi agarrado por D. Lourenço e arrojado aos pés do vice-rei. O soldado queria escapar-se com uma porção grande de marfim. Foi obrigado a restituí-lo.

– É isso, resmungou ele. Se eu fosse o sr. Fernão de Menezes, escapava.

– Que tem o sr. Fernão de Menezes? perguntou o vice-rei, que ouvira.

– Leva consigo um fio de pérolas, que vale um resgate, tornou o soldado exasperado.

– Fernão de Menezes! clamou o vice-rei para um fidalgo que estava já num dos escaleres, saltai em terra. [...]

– O fio de pérolas! disse-lhe o vice-rei, secamente.

– Não tenho, balbuciou Fernão, fazendo-se muito corado.

– Tem-no consigo! tem-no consigo! bradou o soldado furioso.

– Apalpem-no! tornou o vice-rei implacável. [...] É que efetivamente o meirinho do ouvidor, notando que a braguilha não estava bem abotoada, não hesitara em dirigir para ali as suas investigações, e de sacar lá de dentro um magnífico fio de pérolas.

As gargalhadas dos circunstantes, os motejos obscenos dos soldados, desnortearam completamente o barbudo fidalgo, que saltou de novo, corrido, para o escaler. D. Francisco mal pudera ao princípio conter o riso, mas depois passou-lhe pelo rosto uma nuvem de tristeza, e disse para D. Lourenço:

– Ai! filho! filho! como havemos nós, com estes homens, de governar a Índia? (CHAGAS, 1912, p. 51-52)

As preocupações expressas pela personagem de Chagas vão ao encontro das externadas pelo protagonista de Couto. Assim, ambos os autores parecem concordar que a ausência de uma política que visasse a manutenção do império a longo prazo fazia a Índia portuguesa declinar e o império lusitano perder relevância no cenário político da época. Neste sentido, pode-se dizer que algumas das visões defendidas pela personagem de Couto encontram, no século XIX, maior reverberação na pena de Chagas do que na de Camilo.

Retornando ao diálogo entre o autor de *Amor de Perdição* e o cronista quinhentista, pode-se dizer que o uso da força militar contra os povos nativos que encontravam também é um ponto de discordância entre os intelectuais. Recordando citação anterior, em que o soldado elogia os portugueses da “Índia primitiva” por estes terem foco em “castigar e oprimir o Malavar” (COUTO, 1937, p. 115), percebe-se que a personagem de Couto defende o uso das armas como caminho para a consolidação e alargamento do império português. Inclusive, a ausência de “espadas largas” (COUTO, 1937, p. 142) seria um dos motivos de a Índia estar “acabada” (COUTO, 1937, p. 171). Diz o Soldado:

Assi os visos-reis e governadores da Índia: enquanto seguiram esta verdade [com armas, fazendo guerras aos imigos], foi ela próspera e temida; mas, depois que se ela perdeu e que dispiram as armas e se deixaram de embarcar, e se recolheram às delícias da cidade de Gôa, e se fizeram veadores da fazenda e presidentes da Relação, logo a Índia foi de pernas acima. (COUTO, 1937, p. 143)

Ao ser questionado pelo Despachador, em momento posterior do texto, se Portugal deveria conquistar primeiro Ceilão (Sri Lanka) ou Achém (Indonésia) (COUTO, 1937, p. 198), o Soldado defende que Portugal deveria ir aonde há minas e, assim, advoga pela conquista de “Chicoua, no reino de Manomotapa” (COUTO, 1937, p. 224), na costa oriental de África. Logo, o Soldado defende a ação bélica em detrimento do gozo das riquezas conquistadas por meios corruptos em Goa.

Posicionamento bastante diverso encontramos nos textos camilianos. O autor de *Amor de Perdição* normalmente coloca as investidas militares como exemplos de selvageria, transferindo a imagem de bárbaros dos inimigos portugueses para seus compatriotas. Neste sentido, Camilo formula um discurso pouco comum em sua época – e em sua posterioridade também – uma vez que inverte a relação civilização *versus* barbárie presente em diversos textos ocidentais e denunciada por Edward Said, na obra *Orientalismo* (1978).

Em *O Senhor do Paço de Ninães*, Rui, também um ex-soldado, observa a todo momento a violência contra os povos nativos como mais um dos pecados que os portugueses cometiam em terras orientais. Os nativos eram “irmãos”, que deveriam ser deixados a viver sua vida em paz. Em determinado momento do romance, diz Rui Gomes a Diogo das Póvoas:

Estes [os religiosos] são malditos os que trazem para aqui o sermão da montanha escrito nos ferros das lanças e dos pelouros. Não vás entre eles ao martírio, porque o perfume do sangue assim desprezado é um rendimento sacrílego. Diz a estes selvagens do ocidente que deixem ao índio a sua cabana, que é um testemunho vivo de que Deus deu ao que a tem uns palmos de terra e ciência de cultivá-la, e a paga do suor que lhes cai da face de sol a sol. (CASTELO BRANCO, 2007, p. 217)

O protagonista do romance defende que Portugal se volte para seu território original, isto é, sua porção de terra no continente europeu, promovendo um discurso anti-imperial e anticolonial no sentido de enxergar que Portugal abandona sua metrópole para se lançar a aventuras em terras distantes. Em outras palavras, para a personagem, é preciso primeiro que Portugal pense e cuide de seu território europeu, antes de buscar novas possessões em outros continentes. O uso da espada também é defendido por Rui. Entretanto, este vê a necessidade de empunhá-la apenas como um

instrumento de defesa de Portugal, assim como fizera para lutar ao lado de D. António e assim como diz estar disposto a fazer novamente se um novo rei legitimamente português surgir (CASTELO BRANCO, 2007, p. 172).

Parte da crítica camiliana vê o discurso em seus romances históricos como anacrônicos, uma vez que traria para personagens quinhentistas a psicologia e a cultura do século XIX (MARQUES, 2012, p. 254). Rocheta (2007, p. 18), ao contrário, usa as coincidências nos discursos de Rui Gomes e do Soldado como argumento para defender que o discurso do protagonista de Camilo “não é anacrônico” (ROCHETA, 2007, p. 18). Embora as divergências que destacamos entre Rui e o Soldado possam parecer reforçar a leitura de Marques, tendemos a concordar com Rocheta neste quesito e, igualmente, não vemos anacronismo na mundividência da personagem camiliana. Afinal, se Rui e o Soldado diferem no que tange aos rumos idealizados para o futuro político de Portugal, a personagem camiliana parece concordar com outra personagem quinhentista: o Velho do Restelo, do épico camoniano *Os Lusíadas*, para quem a “glória de mandar” e a “vã cobiça” farão de Portugal cair em desgraça. Tal como Rui, o Velho defende que Portugal não deveria se lançar aos mares, mas, sim, cuidar de seu território em solo europeu, afinal, “deixas criar às portas o inimigo [Castela] / Por ires buscar outro de tão longe, / Por quem se despovoe o reino antigo, / Se enfraqueça e se vá deitando a longe” (CAMÕES, 1980, p. 315). As estâncias 94 a 96 do Canto IV, em que o Velho do Restelo discursa no poema, são, inclusive, citadas textualmente no romance de Camilo⁸. Assim sendo, Rui, de certa forma, ecoa um discurso crítico que já se encontra em textos contemporâneos a Couto, reproduzindo, assim, uma fala também quinhentista.

O uso da espada como instrumento de ataque ao invés de defesa, conforme o Soldado defende, parece mais uma vez encontrar uma ressonância maior na pena de Pinheiro Chagas do que na de Camilo. Afinal, da mesma forma que o cronista quinhentista defende a mudança de foco da expansão portuguesa da Ásia para a África⁹, Chagas também usa a literatura como modo de defesa da ocupação efetiva por Portugal de seus territórios africanos. Falamos da tentativa de execução do afamado Mapa Cor-de-rosa que Chagas, enquanto deputado e ministro do ultramar português, incentivou fortemente¹⁰. Obviamente, os motivos de Couto e Chagas desejarem que Portugal volte suas ações imperiais à África são distintos, o que não poderia ser diferente dado o momento histórico em que cada um viveu. Chagas, seguindo a linha política do partido Regenerador, do qual fazia parte, deseja assegurar uma faixa de terra de costa a costa para Portugal no continente africano que, na década de 1880, era

⁸ Cf. CASTELO BRANCO, 2007, p. 120.

⁹ “SOLD. – [...] À Índia ou África? Pois por lá mais perto tinha aquelas províncias, e mais à mão que as da Índia para mandar buscar estas riquezas, se as lá houvera” (COUTO, 1937, p. 241).

¹⁰ Cf. *O Centenário de Camões* (1880), de Pinheiro Chagas.

arbitrariamente dividido entre as potências colonialistas europeias na Conferência de Berlim (1884-1885). Já Couto enxerga em África uma fonte tão rica de metais preciosos quanto a Ásia, porém muito mais próxima da metrópole. Seria, assim, um espaço mais fácil, barato e acessível a se ocupar do que a Índia.

Desta forma, de modo geral, notamos que, por um lado, há muitos pontos que fazem a leitura de Camilo Castelo Branco acerca do império português no Oriente apontar para a mesma direção das denúncias de Couto n' *O Soldado Prático*. No entanto, suas respectivas personagens nos apresentam posicionamentos que mostram que não podemos estabelecer uma correlação integral entre suas visões. Afinal, se em ambos os textos avulta uma feroz crítica à ostentação e à luxúria, assim como à corrupção, ao individualismo e ao egocentrismo da elite portuguesa em Goa, também encontramos divergências no que tange aos rumos que Portugal deveria tomar em sua política colonial: enquanto Couto defende uma continuação da expansão imperial, mas voltando os olhos à África, Camilo parece não ver sentido em aventuras ultramarinas.

É importante frisar que apontar as diferenças entre os textos e os autores não invalida a proposta de leitura feita por Rocheta, isto é, de aproximar os dois autores pelo que há de semelhante em suas obras. Julgamos apenas importante destacar que também há diferenças entre os intelectuais, uma vez que estas, ao fim e ao cabo, fazem o “difuso autor das *Décadas*, Couto” (CASTELO BRANCO, 1880, p. 43) se tornar, indiretamente, mais um nome da História de Portugal a ser visto com crítica por Camilo Castelo Branco. Desta forma, analisar, mesmo que brevemente, estes dois nomes, reforça uma leitura anterior que fizemos de Camilo e a História de Portugal¹¹, isto é, de que para o autor de *A Queda dum Anjo* não há ninguém que não seja passível de críticas ou que possua uma leitura integralmente coincidente com a sua. Em poucas palavras, para Camilo, não há heróis imaculados na História de seu país, sejam essas figuras quem for.

Referências

CABRAL, Alexandre (Org.). *Polêmicas de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. v. IX.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

¹¹ Cf. VANZELLI, 2021, p. 158-161.

CARVALHO, A. Farinha de. *Diogo do Couto, O Soldado Prático e a Índia*. Lisboa: Editorial Vega, 1979.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Luiz de Camões: Notas Biographicas*. Porto e Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1880.

CASTELO BRANCO, Camilo. *O Senhor do Paço de Ninães*. Porto: Edições Caixotim, 2007.

CASTELO BRANCO, Camilo. Tragédias da Índia. In: *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmão, 1993. v. XVI, p. 531-560.

CHAGAS, Pinheiro. *Novos Ensaio Críticos*. Porto: Em Casa da Viúva Moré Editora, 1867.

CHAGAS, Pinheiro. *A Jóia do Vice-Rei*. 2. ed. Lisboa: Livraria Antonio Maria Pereira, 1912.

COELHO, Jacinto do Prado. *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

COUTO, Diogo do. *O Soldado Prático*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1937.

HESPANHA, António Manuel. O Orientalismo em Portugal (séculos XVI-XX). In: RODRIGUES, Ana Maria (Coord.). *O Orientalismo em Portugal*. Porto: Edifício da Alfândega, 1999. p. 15-37.

MARQUES, Ana Maria dos Santos. *O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista*. Porto: Edições Afrontamento e Centro Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2012.

MONIZ, Maria Celeste. Diogo do Couto: Percurso de uma vida e perfil de uma identidade. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coord.). *Diogo do Couto: História e Intervenção Política de um Escritor Polémico*. V. N. Famalicão: Humus, 2019. p. 13-25.

PAVANELO, Luciene Marie. Por uma recusa do nacionalismo: reflexões sobre o romance histórico camiliano. In: MOREIRA, Fernando; RIBEIRO, Orquídea; PIMENTA, Susana (Org.). *Camilo: o Homem, o Génio e o Tempo*. Bruxelas: Orfeu, 2017. p. 239-248.

ROCHETA, Maria Isabel. Prefácio. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *O Senhor do Paço de Ninães*. Porto: Edições Caixotim, 2007. p. 7-29.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto: as vozes do outro. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 7, n. 2, p. 20-32, 2011.

VANZELLI, José Carvalho. *Portugal e o Oriente: Antero de Quental, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Pinheiro Chagas*. Curitiba: Appris, 2021.

WINIUS, George Davison. *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*. Trad. de Ana Barradas. Lisboa: Antígona, 1994.

XAVIER, Ângela Barreto. “Parecem indianos na cor e na feição”: a “lenda negra” e a indianização dos portugueses. *Etnográfica*, Lisboa, n. 18, p. 111-133, 2014.